

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL Nº 099

Período: de 17/10/03 a 24/10/03

Franca – Brasil

- 1 – A guerrilha do Araguaia e a reforma da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)
- 2 - Sentença judicial anula contrato do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam)
- 3 - Secretários de Segurança Pública divulgam “Carta da Amazônia”
- 4 - Lançamento de satélite desenvolvido com a China e visita do presidente da Ucrânia fortalecem programa espacial brasileiro
- 5 - Militares cassados criticam lentidão da Justiça
- 6 - Exército realiza simulação de guerra no Rio Grande do Sul
- 7 - Jornal discute relacionamento *brasileiro-argentino* quanto à reforma do Conselho de Segurança
- 8 - Demora do governo para autorizar identificação de corpos achados na região do Araguaia gera insatisfações
- 9 - Deputado defende Embraer como melhor empresa a fornecer novos caças ao Brasil
- 10 - Aeronáutica e cidade do Guarujá (SP) assinam convênio para implantar novo aeroporto
- 11 - Comissão que apura acidente com o VLS –1 deve prorrogar investigações
- 12 - Brasil é eleito membro não-permanente do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas (ONU)

A guerrilha do Araguaia e a reforma da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)

Os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* publicaram uma coluna redigida pelo jornalista Elio Gaspari, a qual informa que o governo Lula pretende ampliar os quadros e os poderes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Gaspari atribui ao general Jorge Armando Félix a afirmação de que a Abin, por desempenhar uma atividade de Estado, merece apoio. Segundo a coluna, o governo pretende dar à agência a capacidade de solicitar grampos telefônicos, gravar conversas e interceptar correspondência eletrônica. Atualmente, a Abin só obtém grampos com o apoio da Polícia Federal. O secretário de Planejamento e Coordenação da Abin, Athos Iriary, afirmou que os procedimentos burocráticos exigidos diminuem a velocidade de ação e a eficiência do órgão. Gaspari considera que tais concessões seriam negativas para o País, pois possibilitariam que membros do governo colocassem a agência a seu serviço, sem que depois pudessem ser responsabilizados por seus atos. Ainda de acordo com o jornalista, o general Félix teria afirmado que não há mais documentos nos arquivos da Abin que possam ajudar nas investigações empreendidas no Araguaia, informação contestada por Gaspari, que alega que há dados guardados nos relatórios encaminhados pelo Serviço Nacional de Informações (órgão de inteligência federal que funcionou entre 1964 1992) ao presidente da República nos anos de 1972 e 1974. As inúmeras notícias e matérias a respeito dos descontentamentos com o encaminhamento que o governo federal tem dado ao tema das vítimas do regime militar – entre cassados, mortos e desaparecidos – convivem com a discussão

acerca da reforma da Abin, com manifestações contra e a favor. Diferentemente de Elio Gaspari, uma coluna do jornal *O Estado de S. Paulo* de sexta-feira (17) afirmou que “as normas em que se enquadra, destinadas a assegurar que aja e responda por suas ações dentro dos marcos do Estado de Direito”, impossibilitariam deturpações de suas funções, tais como as ocorridas durante o regime militar, quando vigorava o extinto Serviço Nacional de Informações. De acordo com o jornal, é necessário ampliá-la, de maneira a torná-la eficaz e “desmistificando” suas atividades e vai além, afirmando que é necessário reforçar a estrutura operacional para que esta possa combater o crime organizado e o narcotráfico. Porém, de forma semelhante ao jornalista, a coluna manifesta preocupação de que a ampliação da Abin não atente contra os direitos e as garantias individuais. O jornal admite, porém, que nenhum país democrático está imune aos riscos da manipulação das informações de inteligência, e que resta “criar um sistema de freios e contrapesos para que a inteligência não seja usada por uns contra outros, nem por ambos contra a sociedade”. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/10/03; O Estado de S. Paulo – Opinião – 17/10/03; O Globo – O País – 18/10/03; Folha de S. Paulo – Brasil – 19/10/03*)

Sentença judicial anula contrato do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam)

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o Tribunal Federal Regional Federal (TRF) da 4ª Região confirmou a sentença de 1997 que anula o contrato assinado em 1995 entre o governo brasileiro e a empresa norte-americana Raytheon Company, que comanda o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). O desembargador do TRF da 4ª, Edgard Lippmann, esclareceu ao jornal que a anulação só terá efeito prático depois de se esgotarem todos os recursos judiciais. Os réus – a União, a Raytheon e o ex-ministro da Aeronáutica Mauro José Miranda Gandra - podem ainda recorrer ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para manter o Sivam sob comando da Raytheon Company. A sentença que o TRF da 4ª Região emitiu em 1997 resultou de uma ação popular assinada por 42 pessoas, alegando que o contrato com a empresa norte-americana deixou a cargo de estrangeiros tarefas que deveriam ser prestadas exclusivamente por uma empresa brasileira, como é o caso do desenvolvimento de softwares estratégicos, que envolvem tecnologia e dados estratégicos para a segurança nacional. De acordo com o jornal, a garantia de sigilo sobre dados estratégicos levou à dispensa de licitação e a escolha da Raytheon entre outras empresas internacionais. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 18/10/03*)

Secretários de Segurança Pública divulgam “Carta da Amazônia”

A *Folha de S. Paulo* informou que o Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública emitiu na sexta-feira (17) um documento intitulado “Carta da Amazônia”, no qual os secretários de 13 estados solicitam uma ação permanente e integrada com as Forças Armadas no controle das fronteiras do País. O documento será enviado aos ministros da Defesa, José Viegas Filho, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Os secretários pedem que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica ajudem no combate à entrada de armamentos e no controle dos aeroportos. No Estado do Rio de Janeiro, as Forças Armadas já trabalharam no combate ao tráfico de drogas. Além disso, a Polícia Federal vem atuando em

conjunto com os militares no policiamento da fronteira amazônica com a Colômbia. O Secretário Executivo do Colégio esclareceu que os secretários não têm o intuito de promover ações isoladas, como as realizadas no Rio de Janeiro, mas que desejam uma atuação constante das Forças Armadas nas fronteiras. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/10/03)

Lançamento de satélite desenvolvido com a China e visita do presidente da Ucrânia fortalecem programa espacial brasileiro

Segundo o jornal *O Globo*, a China lançou na última terça-feira (21) o Satélite *Sino-Brasileiro* de Recursos Terrestres (CBERS 2). O CBERS 2 é o segundo satélite desenvolvido em conjunto pelos dois países. A ampliação da parceria com a China, país que vem investindo maciçamente nesta área, é considerada estratégica para a Agência Espacial Brasileira (AEB), que já iniciou as negociações para a construção do CBERS 3 e 4. O presidente da AEB, Luiz Bevilacqua, afirmou que a Agência pretende estender a parceria a projeto s científicos de observação do espaço. Parte da montagem e dos testes do CBERS 2 foram desenvolvidos no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) por equipes de brasileiros e chineses. O Lançamento foi realizado no Centro de Lançamento Espacial de Taiyan, a 800 km de Pequim. O satélite deverá ficar em órbita a 800 quilômetros da Terra, onde registrará imagem de do planeta e coletará dados ambientais utilizados no planejamento agrícola, na elaboração de mapas geológicos e em previsões meteorológicas, entre outras atividades. A inovação em relação ao CBERS 1 é a melhoria das imagens geradas. Há trinta anos que o Brasil recebe imagens de satélites de sensoriamento remoto de empresas estrangeiras. Apenas neste ano uma empresa brasileira, a Gisplan, venceu a concorrência, o que permitiu que o sistema de processamento das imagens fosse totalmente nacional. O Brasil teve uma parcela de 30% nas atividades da construção dos CBERS 1e 2. Entretanto, deve desenvolver 50% das atividades dos CBERS 3 e 4. Bevilacqua acredita que a tecnologia espacial é crucial para a autonomia do País, já que se trata de uma questão de Estado e pode futuramente possibilitar o monitoramento da Floresta Amazônica, por exemplo. O periódico *O Estado de S. Paulo* noticiou a visita do presidente ucraniano Leonid Kuchma ao Brasil. Kuchma visitou a base de Alcântara e assinou um acordo de cooperação científica e um tratado que cria uma empresa binacional para a exploração do veículo Ciclone-4, um foguete lançador de satélites que será ativado em Alcântara (Maranhão). Luiz Bevilacqua insistiu que o acidente ocorrido há dois meses com o Veículo Lançador de Satélites (VLS) não deve alterar o cronograma do acordo elaborado com técnicos ucranianos na data do acidente e referendado pelo Senado recentemente, que prevê a criação de uma *joint-venture* entre a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e duas empresas da Ucrânia. Os gastos com infra-estrutura, estimados em US\$ 100 milhões, serão divididos entre os dois países. A Ucrânia investirá US\$ 40 milhões em inovações no foguete e o Brasil deve investir US\$ 30 milhões em infra-estrutura básica. O primeiro lançamento está previsto para 2007. O presidente da AEB comentou as dificuldades enfrentadas na substituição dos técnicos mortos no acidente com o VLS. De acordo com o Jornal do Brasil, a visita dos membros da comissão externa que apura o acidente com o VLS-1 foi

realizada no último dia 20 sob coordenação da deputada federal Terezinha Fernandes (PT-Maranhão). A Comissão também se reuniu com representantes da administração municipal, Câmara de Vereadores, Ministério Público, Poder Judiciário e membros da sociedade civil e de Organizações Não-Governamentais para confirmar as informações quanto ao acidente. (O Globo – Ciência – 18/10/03; O Estado de S. Paulo – Geral – 19/10/03; O Estado de S. Paulo – Geral – 20/10/03; Jornal do Brasil – Brasil – 19/10/03; Jornal do Brasil – Brasil – 20/10/03; Folha de S. Paulo – Brasil – 20/10/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 20/10/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 21/10/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 21/10/03)

Militares cassados criticam lentidão da Justiça

O *Jornal do Brasil* noticiou a insatisfação dos militares que foram cassados após o golpe de 1964 com a Comissão de Anistia do Ministério de Justiça e do Supremo Tribunal Federal (STF). Mais de duas décadas após a aprovação da Lei da Anistia, estes militares, informou o jornal, esperam ainda por promoções na carreira e indenizações. Alguns dos militares acreditam que a lentidão se deve à ineficiência da Comissão, que, de acordo com eles, não cumpre a lei. Marcelo Lavenère, presidente da Comissão de Anistia, relatou que ela existe há três anos e julga processos civis e militares para depois encaminhá-los ao Ministro da Justiça. É ele próprio quem ordena o pagamento das indenizações. Lavenère assegurou que alguns processos são atendidos e outros não porque o governo anterior não havia incluído recursos no Orçamento de 2003 para o pagamento das indenizações, mas que neste ano foi aprovado um crédito suplementar de R\$ 24 milhões para o pagamento de anistias. Os benefícios deveriam atingir 250 oficiais e 600 praças das Forças Armadas cassados pelo Ato Institucional nº. 1 por serem contrários ao golpe de 1964. O ex-tenente da Marinha, Luiz Carlos de Souza Meira, também cassado pelo regime militar, afirma que a lei de Anistia serviu apenas para anistiar os membros e simpatizantes do governo militar que cometeram crimes e para atenuar as críticas da sociedade. Após a redemocratização foram criadas a Emenda Constitucional no. 26, mais ampla que a lei de Anistia, e o artigo 8º das Disposições Transitórias da Constituição de 1988. Em 2002 foi aprovada uma quarta lei, que, segundo os militares expulsos, é ignorada pelo governo e interpretada de maneira incoerente pelo STF quando os enquadra em critérios de promoção segundo antigüidade, merecimento e escolha. Mesmo acreditando que o Poder Executivo tem desconsiderado as leis sobre a anistia, os oficiais e praças atingidos pela ditadura pretendem insistir na obtenção de reparos pedindo uma audiência ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e entrando com representação pedindo que o STF interprete a Lei 10.559 para esclarecer a situação. (Jornal do Brasil – Brasil – 19/10/03)

Exército realiza simulação de guerra no Rio Grande do Sul

Militares do Exército e da Força Aérea Brasileira (FAB) realizaram manobras de simulação de uma guerra no Rio Grande do Sul; os exercícios devem ocorrer entre os dias 14 e 24 deste mês, e conta com a participação de 5.400 soldados integrantes da Operação Lobo-Guará. As atividades começaram em Alegrete, na fronteira oeste do Estado. Realizada pelo Comando Militar do Sul (CMS), as manobras contaram com tropas de outros Estados, além de pára-quedistas do

Exército argentino. Para a simulação de guerra utilizou-se um diversificado arsenal de emprego militar, que incluiu sistema de comunicações de área, equipamentos de guerra eletrônica, aeronaves da FAB e do Exército, além de mil veículos militares das duas Forças. A FAB atuou com helicópteros, aviões de transporte, de reabastecimento em vôos de caça, de busca e salvamento e de sensoriamento remoto, além de radares e outros equipamentos de guerra mais sofisticados, como satélites de comunicação e a aeronave radar R-99A, que opera no Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). (Jornal do Brasil – Brasil – 20/10/03)

Jornal discute relacionamento *brasileiro-argentino* quanto à reforma do Conselho de Segurança

Em seu Editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* analisou a atual situação do Brasil com relação às suas expectativas quanto a uma vaga permanente a Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU), com base nas declarações dos embaixadores argentino e mexicano na ONU, Arnoldo Listre e Adolfo Aguilar Zinser, e do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Os representantes dos dois países declararam-se contra a reforma que o Brasil propõe, pois esta apenas perpetuaria as desigualdades já existentes dentro do órgão. Por sua vez, o jornal cita declaração de Amorim, na qual o conflito entre Brasil e Argentina a este respeito estaria superado, relacionando a isso o bom clima existente por ocasião do Consenso de Buenos Aires. (O Estado de S. Paulo – Editorial – 21/10/03)

Demora do governo para autorizar identificação de corpos achados na região do Araguaia gera insatisfações

O deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) lamentou que o governo ainda não tenha autorizado os exames de identificação de ossadas já recolhidas na região do Araguaia, onde estão enterrados os despojos de membros da guerrilha, que atuou contra o regime militar e foi debelada em 1974. O deputado revela ter solicitado por "diversas vezes" ao Ministério da Justiça, ao longo dos últimos sete anos, a realização de exames para identificar as ossadas e restos de pertences de cinco guerrilheiros encontrados pela Equipe Argentina de Antropologia Forense, em 1996, durante expedição à região, mas sempre sem obter sucesso. (Jornal do Brasil – Brasil - 21/10/03)

Deputado defende Embraer como melhor empresa a fornecer novos caças ao Brasil

O deputado federal Francisco Dornelles (PP-RJ), em coluna do *Jornal do Brasil*, defendeu a candidatura da Embraer-Dassault na licitação dos novos caças da Força Aérea Brasileira (FAB). Afirmou que as propostas de transferência de tecnologia do consórcio caracterizam como grande possibilidade de garantir ao País autonomia frente às políticas dos países com os quais celebra seus acordos na área militar. Além disso, declarou que tal acordo garantiria ao Brasil mais competitividade no mercado internacional e progresso técnico, e também na área civil. Dornelles afirma ainda que seria "importante que o bom senso e o foco correto prevaleçam nessa concorrência: a escolha final deve recair sobre a Embraer". (Jornal do Brasil – Opinião – 21/10/03)

Aeronáutica e cidade do Guarujá assinam convênio para implantar novo aeroporto
Representantes do Comando da Aeronáutica e da Prefeitura Municipal do Guarujá (litoral do Estado de São Paulo) assinaram, no último dia 22, convênio para a implantação do primeiro aeroporto do País de uso compartilhado entre civis e militares. A parte civil da unidade será instalada numa área anexa à da Base Aérea de Santos, unidade militar situada no distrito de Vicente de Carvalho (município do Guarujá). A estimativa inicial da prefeitura da cidade é que a adaptação da Base Aérea para uso civil, cuja obra principal será a construção de um terminal de passageiros, custará pelo menos R\$ 13 milhões. A pista da Base Aérea, atualmente com 1.390 metros, será ampliada para 1.600 metros, o que permitirá ao aeroporto receber aviões com até 90 passageiros. Nem o governo municipal nem o federal investirão no projeto. Pelo convênio, a prefeitura fica autorizada a conceder a exploração comercial do aeroporto à empresa a ser escolhida por licitação para executar a obra. A pretensão da prefeitura é colocar o aeroporto em funcionamento em 2005. A primeira providência a ser adotada pelo município para viabilizar o empreendimento será o lançamento de edital de licitação para seleção da empresa que realizará o estudo de impacto ambiental, pré-requisito para que a obra seja autorizada pelos órgãos públicos de meio ambiente. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/10/03; O Estado de S. Paulo – Cidades – 23/10/03)

Comissão que apura acidente com o VLS –1 deve prorrogar investigações

O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica confirmou que a investigação do acidente com o VLS-1 (Veículo Lançador de Satélite) será prorrogada por mais 30 dias. Esta é a segunda vez que a comissão adia a divulgação da conclusão sobre o acidente. Segundo informações apuradas pelo jornal *Folha de S. Paulo* junto a engenheiros do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), não haveria ainda material suficiente para apresentar um relatório satisfatório e completo. As causas que levaram ao surgimento de uma corrente elétrica que disparou um dos motores do primeiro estágio do VLS-1 e provocou o incêndio fatal, há exatos dois meses, ainda não foram esclarecidas pelos investigadores. Apesar da presença de três cientistas de fora do projeto na comissão estabelecida pela Aeronáutica, o ambiente das investigações continua sendo sigiloso. Na primeira prorrogação do prazo, há um mês, foi dito que haveria informes públicos periódicos do progresso das investigações. Contudo, até este momento a comissão não voltou a se manifestar publicamente, o *site* com informações sobre o lançador de satélites foi desativado, e no endereço *on-line* da Força Aérea Brasileira (FAB) na internet (www.fab.mil.br) tampouco há dados atualizados. A comissão está sob o comando do brigadeiro-do-ar Marco Antonio Couto do Nascimento, vice-diretor do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), instituição-mãe do IAE, órgão responsável pelo projeto do VLS. Vários dos membros da comissão são gerentes do projeto, o que estaria causando mal-estar durante a coleta de depoimentos para a investigação. Apesar do caráter ainda inconclusivo das investigações, no IAE estão sendo conduzidos estudos para a reconstrução da torre de lançamento do VLS, devido à intenção por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de promover um novo lançamento do VLS até o final de seu mandato. Idéia que foi reforçada, neste dia

21, por uma declaração do ministro da Defesa, José Viegas, que anunciou que o quarto protótipo da série deve ser lançado até 2006. Em sua declaração, Viegas afirmou que a tecnologia ucraniana será incorporada ao veículo, pois Brasil e Ucrânia assinaram um convênio de cooperação técnica espacial (ver neste **Informe**). Ao falar da causas do acidente, o ministro descartou a hipótese de uma causa externa, de falha intencional ou sabotagem, porém admitiu que pode ter havido “falha humana involuntária”. (Folha de S. Paulo – Ciência – 22/10/03; O Estado de S. Paulo – Geral – 22/10/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 23/10/03)

Brasil é eleito membro não-permanente do Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas (ONU)

A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu, neste dia 23, os países que ocuparão cinco dos dez assentos rotativos do Conselho de Segurança: Brasil, Argélia, Benin, Filipinas e Romênia. Os países eleitos, cujo mandato entrará em vigor somente no dia 1º de janeiro de 2004, com duração de dois anos, não tiveram concorrentes para as cinco vagas, pois são escolhidos previamente por agrupamentos regionais da ONU. Argélia, Benin e Filipinas foram apresentadas por grupos africanos e asiáticos para substituir Camarões, Guiné e Síria. A Romênia foi endossada por Estados do Leste da Europa, para substituir a Bulgária. Não há consenso entre os jornais sobre o número de países votantes e ao número de votos obtidos pelo Brasil; no entanto, os dados confluem para um resultado de eleição por unanimidade pelo grupo regional da ONU que reúne países da América Latina e Caribe (Grulac). Para Harley Shaiken, diretor do centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Califórnia, o apoio dos países do Grulac à indicação brasileira mostra o peso do País na América Latina. Esta será a nona vez que o Brasil ocupa essa posição nos 58 anos de existência da ONU, e de acordo com *O Estado de S. Paulo*, o País manterá pressão para obter a vaga permanente. Nos últimos anos, o grupo latino-americano tem utilizado um sistema de endossos mútuos. Para cada vaga, os países apoiam uma só candidatura para realizar o revezamento das cadeiras, por esta razão o Brasil recebeu o apoio da Argentina, país que poderia opor-se à candidatura brasileira, como expôs a *Folha de S. Paulo*. No entanto, o jornal mostra que em 2004, a Argentina pretende se candidatar à vaga que atualmente pertence ao Chile e nesta ocasião deverá receber o apoio de todos os outros países do grupo. A recondução do Brasil ao Conselho de Segurança como membro não-permanente foi comemorada pela diplomacia brasileira como mais um êxito na obtenção do verdadeiro objetivo: a vaga permanente. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem defendendo em seus discursos a inclusão no CS de países em desenvolvimento para que a representatividade deste fórum seja ampliada. A reforma da ONU, segundo o presidente, torna-se um imperativo diante dos riscos e retrocessos do ordenamento político internacional. Lula disse ainda que o País está apto a discutir percepções e anseios do continente que integra, exercendo, diante do cenário mundial, papel crucial na busca de soluções pacíficas e equilibradas para os conflitos. O jornal *O Estado de S. Paulo* mostra a contrapartida desta eleição, atentando que o retorno brasileiro esteja ocorrendo em fase de redefinição do papel da ONU, o que se constitui em uma “prova de fogo” para Brasília, tanto sobre a posição do governo brasileiro quanto no que se

refere às relações do Brasil com os Estados Unidos. De acordo com o jornal, o Brasil terá de atuar em agendas polêmicas, tais como o futuro da ocupação no Iraque, o combate ao terror e o conflito entre Israel e Palestina. Isto, por sua vez, pode atrair pressões das potências sobre o País, provenientes principalmente dos EUA. A *Folha de S. Paulo* aponta o otimismo brasileiro diante do apoio da França, Rússia e Reino Unido, que já expressaram a aprovação para que se prossiga com a discussão de uma possível ampliação dos membros permanentes do Conselho, citando o Brasil expressamente em seus discursos. Conta-se também com o assentimento da China, da maioria dos países da América do Sul, dos países africanos de língua portuguesa e da África do Sul, de países da Europa, como Alemanha e Portugal, e vários outros, como Austrália e Líbano. O Conselho de Segurança é considerado o principal órgão deliberativo das Nações Unidas, responsável pelas decisões referentes à paz e à segurança internacional. As decisões deste órgão podem ser obrigatórias para todos os 191 países-membros da Organização. China, França, EUA, Grã-Bretanha e Rússia são membros permanentes do conselho, e têm poder de vetar qualquer resolução apresentada ao órgão que possui um total de 15 países-membros. (Folha de S. Paulo – Mundo – 23/10/03; O Estado de S. Paulo – Internacional – 24/10/03; O Globo – Mundo – 23/10/03; Jornal do Brasil – Internacional – 23/10/03; Jornal do Brasil – Internacional – 24/10/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, (bolsista FAPESP), Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsistas CNPq/Pibic), e Leonardo Dall'Evedove (bolsista Reitoria/Unesp), e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.